

# RELATÓRIO DE RESULTADOS DA ONU EM ANGOLA 2021

Março 2022



# ÍNDICE

<b>PREFÁCIO</b>	<b>3</b>
<b>A EQUIPA DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO 1: PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS NO PAÍS E O CONTEXTO REGIONAL</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 2: APOIO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU ÀS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2.1: VISÃO GERAL DOS RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO 2020-2023</b>	<b>9</b>
<b>2.2 PROGRESSOS, PRIORIDADES E RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>I. TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL</b>	<b>16</b>
<b>II. ADOLESCENTES, JOVENS E EMPODERAMENTO DA MULHER</b>	<b>26</b>
<b>III. MEIO AMBIENTE E RESILIÊNCIA DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL</b>	<b>31</b>
<b>IV. DEMOCRACIA E ESTABILIDADE</b>	<b>38</b>
<b>2.3: APOIO ÀS PARCERIAS E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030</b>	<b>42</b>
<b>2.4: RESULTADOS DO TRABALHO CONJUNTO DA ONU MAIS E MELHOR: COERÊNCIA, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA ONU</b>	<b>43</b>
<b>2.5: AVALIAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS</b>	<b>44</b>
<b>2.6: PANORAMA FINANCEIRO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 3: FOCO PRINCIPAL DA EQUIPA DO SISTEMA DA ONU EM ANGOLA PARA O PRÓXIMO ANO</b>	<b>46</b>
<b>ACRÓNIMOS</b>	<b>49</b>

# PREFÁCIO

Em 2021 reiterou-se o compromisso conjunto entre o sistema das Nações Unidas em Angola e o Governo de Angola para dar resposta à pandemia Covid-19, e dar continuidade ao segundo ano de implementação do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNSDCF) 2020-2023, permitindo progredir com as acções previstas e alinhadas aos resultados definidos no UNSCDF. Este compromisso iniciado em 2020 é, porém, uma caminhada contínua com vista a um progressivo desenvolvimento sustentável de Angola, abrangendo a vida das pessoas nas suas diversas esferas, sem descurar os mais vulneráveis.

Na qualidade de Co-Presidente do Comité de Gestão, junto com o Governo de Angola, através do Ministério da Economia e Planeamento, é com grande satisfação que apresentamos o Relatório Anual de Resultados do plano de trabalho conjunto para o Desenvolvimento Sustentável em Angola para 2021, identificando as realizações alcançadas, bem como reconhecendo os desafios e as oportunidades futuras para que continuemos a apoiar o Governo de Angola no cumprimento da Agenda 2030. Este relatório é também uma oportunidade para retirar lições aprendidas que visam melhorar significativamente a forma como pretendemos continuar a desenvolver as acções definidas, visando maximizar o impacto rumo ao desenvolvimento sustentável.

Como sabemos a pandemia rapidamente evoluiu de uma crise sanitária para uma crise socioeconómica no mundo, exacerbando as desigualdades e expondo vulnerabilidades existentes, fazendo assim com que 2021 fosse o segundo ano de enormes desafios. Do mesmo modo, 2021 também marca o ano onde progressos foram possíveis com a forte vontade em recuperar da pandemia Covid-19 através dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com avanço na distribuição e armazenamento de vacinas e do processo de vacinação feito no país foi possível suavizar as medidas de restrição de mobilidades das pessoas e bens, permitindo continuar a aplicação das medidas



de prevenção e controlo da Covid-19 e, ao mesmo tempo, desenvolver a actividade económica e social. A ONU não poupou esforços, e posicionou-se ao lado do Governo e outros parceiros na resposta à pandemia, reflectindo a estreita cooperação da ONU, do Governo de Angola e dos parceiros de desenvolvimento sustentável no país.

Foram alcançados progressos em várias áreas-chave relacionadas com o trabalho da ONU no país. Ressalva-se assim uma abordagem coordenada com o Governo no compromisso com a justiça, com os direitos humanos, assistência humanitária e acções de emergência às comunidades locais, sejam angolanas como refugiadas e apátridas, centrando-se deste modo nos valores que guiam a Carta da ONU. Iniciativas, programas e acções implementados pelas diversas entidades que compõem o sistema das Nações Unidas em Angola, em colaboração com o Governo e outros parceiros, revigoraram o apoio nas vertentes financeira, técnica e material, com intuito de reforçar a cooperação e obter sinergias para acelerar o cumprimento dos ODS, incidindo nas quatro áreas estratégicas de resultados do UNSDCF.

Em nome da equipa do Sistema das Nações Unidas em Angola, expresso o nosso apreço pela cooperação inestimável com o Governo e outros parceiros, sem a qual o trabalho da ONU não teria tal impacto expressivo para Angola e sua população. À medida que assumimos o nosso compromisso para 2022, unimos forças renovadoras, inspiradas em lições aprendidas, para realizarmos avanços colectivos e duradores, permitindo dar continuidade à nossa promessa em alcançar o desenvolvimento sustentável de Angola, sem deixar ninguém para trás.

**Zahira Virani**

Coordenadora Residente da ONU em Angola

# A EQUIPA DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação e a Agricultura



IAEA  
International Atomic Energy Agency



ONUSIDA



UNITED NATIONS  
UNCTAD



UNDSS



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS  
PARA O DESENVOLVIMENTO



unesco



ONU HABITAT  
POR UM FUTURO URBANO MELHOR



UNHCR  
ACNUR  
Agência da ONU para Refugiados



UNITED NATIONS  
HUMAN RIGHTS  
OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER

unicef



OCHA



UNODC

United Nations Office on Drugs and Crime

UN WOMEN



Programa  
Alimentar  
Mundial



Organização  
Mundial da Saúde

## OUTROS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO



BANCO MUNDIAL  
BIRF • AIF | GRUPO BANCO MUNDIAL



## PRINCIPAIS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS EM ANGOLA

- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
- Agência Francesa de Desenvolvimento (FDA)
- Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
- Banco Europeu de Investimento (BEI)
- Banco Mundial
- Centro de Controle de Doenças (CDC)
- Delegação da União Europeia (UE)
- Embaixada do Brasil
- Embaixada dos Estados Unidos da América
- Embaixada Real da Noruega
- Embaixada do Reino de Espanha
- Embaixada do Reino Unido
- Embaixada da República Popular da China
- Embaixada da Turquia
- Fundo Monetário Internacional (FMI)
- Gavi, a Aliança de Vacinas
- O Fundo Global de luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária
- CG Internacional
- Ministério das Relações Exteriores do Japão (MOFA)

 **OBJECTIVOS**  **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



# CAPÍTULO 1

## PRINCIPAIS

## DESENVOLVIMENTOS NO PAÍS

## E O CONTEXTO REGIONAL:

### ECONOMIA

Após uma recessão económica prolongada desencadeada em 2014- 2015 pela queda dos preços do petróleo, culminando em 2020 com o mais baixo desempenho de crescimento do PIB de -5,4%, e agravado pela pandemia da COVID-19 bem como a diminuição da produção de petróleo, Angola parece finalmente estar a emergir da crise. As projecções no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022, apontam para um Produto Interno Bruto com um registo de crescimento de 0,2% no ano de 2021. A recuperação foi impulsionada principalmente pelo crescimento no sector não petrolífero (+5,1%) e pela subida dos preços do petróleo.

As últimas previsões (Banco Mundial<sup>1</sup>, FMI) concordam que Angola deverá continuar com uma tendência positiva em 2022-2023, com um crescimento do PIB superior a 2% ao longo de 2022, impulsionado também pelo crescimento do consumo privado e do investimento bruto em capital fixo.

Auxiliada pelas projecções positivas de crescimento do PIB para os próximos anos, e pela extensão da iniciativa de suspensão do serviço da dívida (DSSI) do G20 pelo menos até Dezembro de 2021, a tendência de deterioração da dívida de Angola aponta finalmente uma inversão projectada em 2021, após um pico de 136,5% do PIB em 2020, para 103,7% em 2021 e abaixo de 100% em 2022 (OGE 2022).

No entanto, na perspectiva macroeconómica estabilizadora, a inflação continua a ser o principal desafio, atingindo quase 27% em Outubro de 2021 numa base anual a nível nacional, impulsionada pelo aumento dos preços dos alimentos (um aumento de 33,55% em relação ao ano anterior), com

peso superior a 50% no índice nacional de preços ao consumidor<sup>2</sup>. Com efeito da crise económica prolongada e dos desafios estruturais de Angola, a taxa de desemprego atingiu quase 33% no quarto trimestre de 2021, sobretudo nas áreas urbanas (de quase 43%) e impulsionada pelo desemprego jovem (15-24 anos) atingindo quase 60%. O elevado número de mulheres empregadas no sector agrícola, menos formalizado e produtivo, reflecte a lacuna de ocupação com 90% das mulheres em empregos informais em comparação com 72% dos homens<sup>3</sup>.

Enquanto o PRODESI - um Programa do Governo de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações - continua a ser implementado, o Governo lançou o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), cujo objectivo consiste em alterar o quadro actual da economia com alta taxa de informalidade.

De acordo com as previsões do Banco Mundial<sup>4</sup>, em 2018, quase metade da população angolana vivia abaixo da linha internacional de extrema pobreza de 1,90 dólares americanos por dia, por pessoa,(2011 PPP). Por outro lado, o Inquérito às Despesas, Rendimentos e Emprego (IDREA) 2018- 2019 mostrou que 32,3% da população vivia abaixo da linha de pobreza nacional. O recente contexto macroeconómico estabilizador, bem como o optimismo dos esforços de diversificação, projectam a primeira tendência de inversão da pobreza para 2023.

<sup>1</sup> World Bank (2021a) Angola Macro poverty outlook (October 2021).

<sup>2</sup> INE, Folha de Informação Rápida - Índice Preços no Consumidor Nacional (IPCN)

<sup>3</sup> INE, Folha de Informação Rápida - Inquérito ao Emprego em Angola (IV Trimestre 2021)

<sup>4</sup> World Bank (2021a) Angola Macro poverty outlook (October 2021).

## POLÍTICA

A realização do quarto pleito eleitoral em 2022 enquadra-se no envigoramento o processo democrático em Angola que, nos últimos cinco anos, tem sido caracterizado por uma governação mais participativa.

A liberalização política tem sido fomentada pelas políticas de transferência de competências do poder central para o poder local no quadro da descentralização. E ainda pela luta contra a corrupção e transparência na gestão pública; pela diversificação económica e o fomento do sector privado; pela elevação dos direitos humanos à matéria de segurança nacional; e pelo empoderamento da sociedade civil.

Quanto à sociedade civil, podem-se destacar vários esforços do país em 2021. Como por exemplo, o convite a cinco novos membros da sociedade civil ao Conselho da República, bem como as recorrentes conferências de imprensa do Presidente da República com a comunicação social sobre o estado da nação.

É relevante ressaltar a criação do Conselho Económico e Social, constituído por 45 membros da comunidade empresarial, das cooperativas, da comunidade científica e associações sociais, como uma plataforma de auscultação e interação entre o Titular do Poder Executivo e a sociedade civil em aspectos de programação e de execução das tarefas do desenvolvimento nacional.



UNFPA/Karlos César

## CAPÍTULO 2:

# APOIO DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU ÀS PRIORIDADES NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

## 2.1 VISÃO GERAL DOS RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO 2020-2023

O apoio da ONU em 2021 contribuiu para o avanço dos esforços do Governo de Angola nos sectores da saúde, da diversificação económica e fomento do sector produtivo, da descentralização financeira, bem como da gestão dos efeitos das alterações climáticas. Este contributo destaca-se na capacidade de quantificação dos produtos de saúde para a COVID-19, segurança sanitária e controlo da propagação da pandemia, aos níveis institucional e local. O Lançamento da nova subvenção do Fundo Global (FG) no valor de 103 milhões de dólares americanos no sistema nacional de saúde veio apoiar no combate ao VIH, Malária, Tuberculose e COVID-19.

No âmbito de reforço aos avanços do país contemplados no Quadro de Cooperação 2020-2023, a contribuição por parte da ONU no apoio aos esforços de Angola estendeu-se ainda à realização de várias acções relevantes. Destas, se ressaltam-se a implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), com o registo de vendedores em mercados urbanos, bem como o lançamento da base de dados digital da Economia Informal. Também através da extensão das Escolas de Campo de Agricultores (ECAs), quer acompanhada de fundo de arranque como pela formação de facilitadores e técnicos. A sublinhar também o desenvolvimento e remissão por Angola da versão inicial das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) à



Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC). E ainda, a introdução do exercício do Orçamento Participativo em 100 municípios, a prática de consultas públicas para a elaboração dos orçamentos das Administrações Municipais, e a introdução de marcadores de género na planificação financeira.

Em alinhamento com a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas em convocar a Cimeira sobre Sistemas Alimentares (CSA) a 23 de Setembro 2021, a ONU apoiou o Governo de Angola na organização e realização dos diálogos regionais, em antecedência à referida Cimeira.

Os diálogos ocorreram no período de Julho a Agosto de 2021, sendo que os participantes identificaram a necessidade de estabelecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SINASAN), bem como o estabelecimento de uma governação descentralizada que garanta um ambiente de leis e políticas favoráveis à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); assim como sistemas alimentares sustentáveis e descentralizados, para assegurar uma implementação mais eficiente das acções, monitorização e avaliação eficazes dos diferentes planos e programas, de todas as entidades governamentais relevantes para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Os participantes identificaram os caminhos para a transformação dos sistemas alimentares, ou a visão de futuro. Neste âmbito, indicaram quatro aspectos fundamentais para ultrapassar as barreiras: i) Estabelecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SINASAN) com os seus organismos coordenadores a nível nacional e local; ii) Aceleração no cumprimento da Declaração de Malabo sobre o Programa de Desenvolvimento Agrícola Global de África (CAADP); iii) Promoção e protecção do uso e consumo de alimentos locais, regionais e tradicionais diversificados; e ainda, iv) Promoção e inclusão de investigação e inovação para apoiar a transformação de sistemas alimentares sustentáveis.

Na área estratégica da Dinâmica Populacional, a ONU apoiou o Governo, através do MEP, a implementação dos Compromissos Nacionais de Nairobi, onde em 2019 foram realizadas mesas redondas multissectoriais, apresentados na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento em Nairobi. Três workshops provinciais em Angola também serviram para divulgar os resultados do Estudo Nacional do Dividendo Demográfico, que constituiu a base para o desenvolvimento do projecto revisto da Política Nacional da População (PNP). A minuta da PNP foi apresentada às partes interessadas em Julho de 2021, incluindo ao mais alto nível. E, a aprovação da PNP bem como o respectivo Plano de Acção, elaborado em 2021 com apoio da ONU, está prevista para 2022, pelo Conselho Nacional de População. No âmbito da preparação para a População de 2024, a ONU apoiou iniciativas críticas de capacitação, incluindo cooperação Sul-Sul e a troca de experiências, a facilitação de consultoria para a área de cartografia, bem como a aquisição de licenças de 8 anos do pacote de modernização de dados.

## INDICADORES-CHAVE QUE MOSTRAM O IMPACTO SOCIO-ECONÓMICO

**1.6**  
Milhões de  
pessoas

em 5 províncias-alvo alcançadas com acções de comunicação de risco da COVID-19



**84**  
Instituições  
beneficiárias

sobre instrução de boas práticas na pandemia COVID-19



**9,546**  
Alunos  
primários

dos quais 4,631 meninas beneficiaram de um ensino em espaços seguros de aprendizagem





OMS/Angola

## RESPOSTA À COVID-19

No âmbito dos esforços de resposta à pandemia, foi garantido o financiamento adicional do GF no valor de 4 milhões de dólares para actividades de mitigação do impacto da COVID-19 ao nível comunitário. Por outro lado, várias iniciativas foram realizadas, com destaque ao apoio prestado ao Governo Provincial de Luanda para o desenvolvimento da Estratégia de Envolvimento da Comunidade para a Autoridade Provincial de Saúde de Luanda, tendo sido engajados e formados 285 agentes comunitários pela Rede Angolana de Organizações de Serviços de SIDA (ANASO). Foram também realizadas acções adicionais de comunicação de risco e envolvimento na comunidade (RCCE) para prevenir a propagação da COVID-19. Estas acções alcançaram mais de 1.6 milhões de pessoas em 5 províncias-alvo, com serviços de promoção da higiene, suprimentos essenciais e apoio psicossocial.

A ONU no país reforçou o apoio técnico para o fortalecimento de capacidades de 20 equipas de resposta rápida nacional, assim

como a respectiva componente logística para as operações de busca activa dos contactos e investigação epidemiológica. Assistência técnica especializada foi igualmente disponibilizada à Direcção Nacional de Saúde Pública, através da facilitação de consultoria na prevenção, no controlo de infecção, bem como na gestão e análise de dados.

Através do projecto financiado pelo Escritório de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia (ECHO), foi prestado apoio técnico, bem como material para o controlo da propagação da COVID-19 em 5 municípios de Luanda: Cazenga, Belas, Maianga, Sambizanga e Talatona. Um total de 84 instituições beneficiárias (escolas, centros de saúde e comunidades vizinhas) foram instruídas sobre boas práticas, com base nos padrões da OMS, e suprimentos e equipamentos de prevenção e controlo de infecções.

Como resultado da realização do primeiro evento sobre a COVID-19, assim como a abertura segura e ininterrupta das escolas no ano lectivo 2020-2021 na região Africana, foi elaborado o Plano de Acção Nacional Conjunto de Angola para fortalecer a coordenação entre os sectores de educação e saúde, com o intuito de manter as escolas seguras e abertas. Esta acção foi uma colaboração conjunta, Parceria Global para a Educação (GPE - pela sua sigla em inglês) e com o Grupo Técnico, constituído por quadros do MED, MINSA e ONU.

As capacidades institucionais na gestão do risco epidemiológico da COVID-19 nas províncias da Huíla e do Cunene, foram reforçadas com a formação de 24 funcionários provinciais e municipais de educação (entre os quais 3 mulheres), 569 directores de escolas (incluindo 104 mulheres), e 872 professores (dos quais 378 são mulheres). Tais capacidades têm enfoque na reabertura segura de escolas, medidas de biossegurança, resposta e preparação para emergências, ensino em "multiclass" e TIC e gestão escolar.

Mais de 57,000 estudantes de escolas primárias (49% dos quais raparigas) em Viana e Cacucaco, beneficiaram de ambientes escolares mais seguros, através de formações de professores sobre prevenção contra COVID-19, estigma e discriminação, bem como da distribuição de materiais de limpeza e higiene, e ainda de acções de sensibilização através do teatro escolar. Com o intuito de apoiar a reabertura das escolas no início de 2021, foram adquiridos e distribuídos suprimentos. Assim, foram fornecidas 52 tendas para os municípios de Ombadja e Cahama e Namibe; e distribuídos 30,000 kits de material didáctico nas províncias da Huíla, Namibe, Menongue e Cunene.

No quadro do Plano Nacional de Vacinação, apoiou-se a intensificação de campanhas de informação sobre a vacinação e registo na

página do Ministério da Saúde. Este apoio foi extensivo aos refugiados no assentamento do Lôvua, tendo sido vacinados 2,884 refugiados (incluindo 581 com as duas doses) até à data de 30 de Outubro de 2021.

Em parceria com as autoridades da Lunda Norte e com o Centro de Diagnósticos e Análises Clínicas do Dundo (CDLD), foi apoiada a testagem em massa no assentamento do Lôvua, através do qual foi possível disponibilizar tratamentos e encaminhamento de casos positivos, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias angolanas, alinhando com os procedimentos internacionais. No total, 4,381 refugiados foram testados.

## SAÚDE E NUTRIÇÃO

Foi prestada assistência técnica na instalação, configuração e colocação em funcionamento de 29 equipamentos de cadeia de frio (frigoríficos) Ultra-freeze, adquiridos pelo Governo de Angola para a conservação da vacina Pfizer COVID-19, que requer temperaturas ultra-baixas para o seu armazenamento (-70°C). Tal contribuiu para um total de 12 na Loja Central de Vacinas em Luanda, e uma em cada uma das 17 províncias.



ACNUR/Manuel Mbunga



239

Cartões  
SIM



39

Impressoras



20

Leitores de  
códigos de  
barras



200

Smartphones



53

NetCasa Modems

**Equipamento TIC  
fornecido para  
registo dos  
utilizadores dos  
serviços de  
vacinação**



25

Comprimidos



39

Computadores

Foi fornecido apoio logístico para o lançamento da campanha de vacinação, incluindo equipamento TIC, para registo dos utilizadores dos serviços de vacinação, bem como e apoio de recursos humanos para a ampliação dos centros de vacinação em todo o país. E, como membro da iniciativa COVAX, Angola beneficiou da facilitação da aquisição e entrega atempada das diferentes vacinas e fornecimentos de vacinação contra a COVID-19, incluindo doações e alocações. Mais de 36 milhões de doses de vacina contra a COVID-19 (Pfizer, AstraZeneca, Johnson & Johnson, Sputnik e Sinopharm) foram entregues até final de 2021.

Cerca de 11 milhões de doses de vacinas foram utilizadas até ao final do ano permitindo assim vacinar mais de 7 milhões da população elegível a nível nacional

Com o financiamento do ECHO, foi facultado apoio técnico e material a 52 instalações de saúde, reforçando a sua capacidade, permitindo-lhes assim sustentar a prestação

de serviços essenciais de saúde materna, neonatal, infantil e adolescente às populações. Um total de 20 supervisores provinciais e municipais e 207 prestadores de cuidados de saúde das instalações de saúde visadas receberam formação sobre a correcta utilização de equipamentos de prevenção contra infecções, como sobre práticas de Prevenção e Controlo de Infecções na prestação de serviços de saúde.

Um total de 239 técnicos de nutrição em 49 unidades sanitárias da província de Luanda receberam formação sobre a gestão de desnutrição aguda grave (DAG), e foram abertos centros de reabilitação nutricional em cada uma destas unidades sanitárias.

Foi feita uma avaliação da qualidade dos cuidados maternos, neonatais e pediátricos nas Unidades Sanitárias municipais (hospitais e centros de saúde) da província de Luanda, cujo objectivo centrou-se em melhorar a qualidade dos cuidados prestados as grávidas, mães, recém-nascidos e crianças nas Unidades dos cuidados primários e hospitais municipais.

Um total de 7,433 técnicos de saúde receberam formação sobre abordagem de circunferência do braço médio-superior (MUAC), rastreio precoce e identificação da desnutrição aguda em crianças. Remessas de equipamento de protecção pessoal, medicamentos essenciais e 6,700 kits (1 kit por criança com DAG) de alimentos terapêuticos nutricionais de pronto-uso (RUTF) foram cedidos às 52 instalações de saúde, cobrindo necessidades identificadas durante um período de nove (9) meses.

Em 6 das 18 províncias foram capacitados 150 profissionais de saúde no manuseio de casos de malnutrição aguda severa com complicações, bem como se procedeu à aquisição e entrega de 9,819 unidades de leite terapêutico.

30 profissionais de saúde da província da Huila foram capacitados como formadores de Agentes de Saúde Comunitária em Integração de Acções Nutricionais Essenciais na comunidade, para a promoção de práticas saudáveis desde o aleitamento materno exclusivo à diversificação alimentar no contexto de emergência. 60 agentes de saúde comunitária das províncias de Benguela e Cuanza Sul foram formados em pacote de sensibilização a fim de promover a boa utilização do Caderno de Saúde Materno Infantil (CSMI) nas comunidades.

Com apoio disponibilizado pela ONU, foi possível manter a prestação de serviços de saúde e nutrição, com 77,323 mulheres

grávidas atendidas em clínicas pré-natais, 27,741 durante os seus partos, e ainda 34,266 crianças que receberam, entre outras, a terceira dose da vacina "Pentavalente". Além disso, 6,445 crianças com desnutrição aguda grave foram tratadas. Uma componente de transferência social monetária da mesma intervenção dirigida a agregados familiares de crianças que sofrem de DAG serviu para beneficiar 2,267 crianças.

Com o financiamento do Canadá, 21 activistas de saúde do 'Centro de Apoio aos Jovens' da sociedade civil foram formados em técnicas de comunicação e conteúdo nutricional, prevenção COVID-19 e continuidade do tratamento anti-retroviral. Esta formação teve como finalidade dotar de competências para informar, educar e mobilizar a população, em resposta a emergência a pandemia, no âmbito do projecto de Transferências Sociais Monetárias para crianças expostas e ou vivendo com VIH, seguidas em 15 unidades sanitárias da província de Luanda beneficiaram 996 crianças menores de 5 anos de idade, com 4 ciclos de transferências sociais monetárias.



UNICEF/Angola

No âmbito da parceria entre o Ministério da Saúde e o Banco Mundial, a ONU implementou o Projecto de Resposta à Saúde Sexual e Reprodutiva nas Áreas Afectas pela Seca no Sul de Angola, nas províncias do Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Namibe. Nessa intervenção foram formados 240 técnicos de saúde no pacote integrado de serviços de saúde sexual e reprodutiva, bem como entregues 50,000 kits de dignidade a meninas e jovens mulheres dos 22 municípios da área de abrangência do projecto. Em Luanda, Cuanza Norte e Uíge, a ONU apoiou tecnicamente a DNSP na implementação de 60 serviços de saúde Amigos dos Adolescentes e Jovens.

## COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A ONU estendeu o seu apoio na área da comunicação para o desenvolvimento através da implementação de avaliações comunitárias rápidas sobre as percepções locais acerca da COVID-19 para orientar a estratégia nacional de comunicação e engajamento da comunidade na promoção e comportamentos de protecção contra o vírus. Também se realizou uma pesquisa sobre a vacinação nas 18 províncias do país de modo a informar possíveis ajustes na estratégia de vacinação e abordagens de comunicação.

Foram igualmente desenvolvidos e disseminados materiais de comunicação (entre os quais: cartazes, folhetos, spots de rádio, álbum seriado e produtos de média social) para promover a vacinação entre a população elegível, bem como a formação sobre comunicação de crise para actores-chave nacionais de diferentes sectores (saúde, educação, MASFAMU, entre outros.). Tal acção teve o intuito de reforçar a coordenação, assim como a comunicação de risco na comunidade.

Apoiou-se igualmente na formação de 143 membros de plataformas comunitárias sobre COVID-19, sobre boas práticas de nutrição e saúde materna infantil no contexto da pandemia COVID-19, assim como a comunicação interpessoal. Os beneficiários estão agora envolvidos em acções de sensibilização e prevenção da COVID-19, bem como a promoção da vacinação em cinco municípios de Luanda.

Em 2021, um total de 3,613,914 pessoas (sendo 2,063,028 mulheres e 1,550,886 homens) foram alcançadas com actividades de RCCE nos cinco municípios de Luanda. Isso inclui teatros em escolas e mercados, jangos, palestras comunitarias e spots de radio



ONU/Omotola Akindipe

## 2.2 PROGRESSOS, PRIORIDADES E RESULTADOS DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

### I. TRANSFORMAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL:

#### REFORÇO DAS CAPACIDADES

Em parceria com o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi reforçada a capacidade nacional de formação técnica para o fomento de emprego, com a provisão de formações avançadas em gestão de centros de formação profissional, bem como o desenho de cursos de formação profissional a distância ao Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP) e o Centro Nacional de Formação de Formadores (CENFOR).

Em parceria com o INEFOP e o apoio financeiro da República da Turquia, foi reforçada a empregabilidade de jovens e mulheres.

Um total de 100 jovens e mulheres beneficiaram de estágios profissionais na província da Huíla

Em colaboração e com o apoio financeiro do Reino da Noruega, foram atribuídas 300 bolsas de formação profissional em diferentes especialidades para jovens e mulheres no município do Cazenga em Luanda.

Em parceria com o Ministério da Administração Territorial (MAT), Governos Provinciais, Administrações Municipais e Administrações dos Mercados, contribuiu-se para a melhoria de estruturas físicas em três mercados pilotos, nomeadamente, Asa Branca e Trinta em Luanda e Mutundo no Lubango. No mercado do Asa Branca, essa contribuição consistiu na pavimentação de passagens no interior do mercado e provisão de materiais de biossegurança. No Mercado do Trinta, a contribuição baseou-se na

construção de uma nave e reservatório de água, assim como na aquisição de materiais de biossegurança. Por sua vez, no Mercado do Mutundo, o apoio consistiu na instalação de um reservatório de água, organização de bancadas, instalação de alpendres e realização de obras de serralharia.

Em conjunto com o INLS conduziu-se uma análise da situação da epidemia do VIH que fornece uma estrutura para enfrentar os desafios no cumprimento das metas globais e nacionais para alcançar 90% das pessoas que vivem com VIH que estão em TARV, e 90% deles com carga viral suprimida até 2030. Com base nas conclusões da análise situacional, o Governo provincial de Luanda e o INLS desenvolveram um plano estratégico de 5 anos para o VIH, na cidade de Luanda. E foi também facilitada a assinatura da Declaração de Paris sobre a iniciativa “Fast Track cities” assinada pela Governadora de Luanda a 10 de Novembro de 2021, com o envolvimento dos principais intervenientes na resposta ao VIH, incluindo funcionários públicos, representantes de municípios, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil.



Foram formados 72 agentes comunitários em estratégias de resposta ao VIH liderada pela comunidade para monitoria e avaliação na província do Cuanza Sul. Foi também providenciada uma formação à 50 educadores de pares comunitários sobre estratégias para acelerar a prevenção do VIH, violência social e de género e promover o programa de prevenção vertical (PTV), bem como adesão ao tratamento antiretroviral entre pessoas que vivem com o VIH em Benguela e Cuanza Sul.

Em parceria com o INLS, foram formados 60 adolescentes e jovens vivendo com VIH como educadores de pares nas províncias de Benguela, Huila, Cunene e Luanda e criados 3 grupos de ajuda mútua.

Foram recrutados 2 consultores (nacional e internacional), para elaborar o Plano Operacional do POC.

Em parceria com o MINSA, foi lançada a nova subvenção do Fundo Global para o período de 2021-2024, que investirá 103.2 milhões de dólares americanos no sistema nacional de saúde, a fim de ajudar no combate ao HIV,

Malária, Tuberculose e COVID-19 em Angola, beneficiando as províncias de Cuanza-Sul e Benguela.

Prestou-se apoio técnico na orientação sobre prevenção do HIV/SIDA e infecções transmitidas sexualmente (ITS) através da divulgação de informação, educação e comunicação a 214 homens que têm actividade sexual com pessoas do mesmo sexo na província de Benguela; bem como orientação sobre prevenção do HIV/SIDA e doenças transmitidas sexualmente (DTS), através de informação, educação e comunicação a 1,588 mulheres profissionais do sexo, nas províncias de Benguela e Cuanza-Sul. Um total de 37 técnicos de 6 unidades de saúde na província de Benguela receberam a capacitação em gestão de casos de TB/HIV e microscopia.

Foi reforçado o sistema de vigilância epidemiológica de TB, Malária e HIV nas províncias de Benguela, Namibe, Bié, Cuanza-Sul e Cunene com a formação de 197 técnicos em Gestão de Sistemas de Informação em Saúde (DHIS2).



PNUD/Angola

No quadro da iniciativa testar e tratar na área do VIH, foram formados 340 profissionais de saúde em 14 das 18 províncias do país em matéria da nova política de tratamento com “Dolutegravir”.

85 técnicos foram formados em diagnóstico e tratamento da malária, assim como 15 técnicos de estatística capacitados sobre o correcto preenchimento dos relatórios epidemiológicos. Foram ainda adquiridos 24 computadores, e também se prestou apoio na formação dos técnicos em duas províncias para implementação do Sistema de Informação de HIV.

Viabilizou-se apoio técnico na elaboração dos relatórios epidemiológicos com ênfase no período pré e pós pandémico da COVID-19.

Foram reproduzidos 45,000 folhetos e desdobráveis sobre:

- I. Resposta nacional contra VIH às população-chave e jovem; Healthcare, social services and AIDS
- II. Cuidados de saúde, serviços sociais e VIH
- III. Instituições e participação comunitária
- IV. Zero estigma e discriminação

A Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP) actualizou o “Score Card” relativo à Estratégia de Saúde Reprodutiva da SADC, que incluiu também a Consulta Regional sobre a extensão do Compromisso Interministerial da África Oriental e Austral sobre a Educação Sexual Abrangente até 2030.

A Estratégia de Saúde Reprodutiva da Mulher, Criança e Adolescente mediante a execução do Projecto de Resposta a Saúde Sexual e Reprodutiva do MINSA, foi implementada em 22 municípios nas províncias de Cuando Cubango, Cunene, Huíla e Namibe. 50,000 adolescentes e jovens mulheres beneficiaram assim de kits de dignidade para apoiá-los a manter a saúde e higiene menstrual.

Foi realizado o mapeamento das unidades de

saúde que prestam Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência e elaboração do curso online sobre o Pacote Integrado de Serviços de Saúde Sexual Reprodutiva.

Foram revitalizados os Serviços de Saúde Amigos de Adolescentes e Jovens (SAAJ) em parceria com a Direcção Nacional de Saúde Pública, em 60 unidades de saúde em Luanda, Uíge e Malange, através da formação de 80 técnicos de saúde para prestar os referidos serviços. Foram investidos 70,000 dolares em equipamentos e insumos básicos para o funcionamento de 20 SAAJ na província de Luanda.

Cerca de 27 mobilizadores sociais representantes do Governo e Organizações da Sociedade Civil das províncias de Benguela, Cuanza Sul, Lunda Sul e Moxico foram formados em Gestão da Saúde Menstrual e promoção da igualdade e equidade de género. Realizaram-se também seminários ao nível comunitário para a disseminação de informações qualificadas sobre a menstruação, a fim de ilucidar 2,000 meninas e 2,000 meninos sobre este assunto.



OMS/Angola

## SEGURANÇA ALIMENTAR

Em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pescas, apoiou-se a realização de avaliações de segurança alimentar e nutricional oportunas, fiáveis e abrangentes, bem como a produção e disseminação dos relatórios, incluindo para o aviso prévio. O Ministério da Agricultura e Pescas efectuou a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Sul de Angola, em Cunene, Huíla, Namibe. A análise IPC foi realizada em 17 municípios no âmbito do programa FRESAN (Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola), financiado pela União Europeia. Os resultados indicaram que no período de Outubro 2021 a Março 2022, o número de pessoas afectadas pela insegurança alimentar aguda deve atingir 1.58 milhões. Junto com outros parceiros, apoiou-se também a elaboração da Segunda Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN II, Angola 2030), assim

como o estabelecimento dos mecanismos de coordenação entre as instituições que trabalham nas áreas da segurança alimentar e nutrição.

Com o objectivo de fortalecer as capacidades das províncias, prestou-se apoio ao Gabinete Provincial de Saúde de Luanda para melhorar a qualidade e cobertura do rastreio, detecção precoce, encaminhamento, prevenção e tratamento da desnutrição aguda nas crianças menores de cinco anos. Este apoio abrangeu 5 Municípios da Província de Luanda, Viana, Cacuaco, Cazenga, Talatona e Kilamba Kiaxi. Mais de 500 agentes comunitários de saúde e 120 técnicos de saúde receberam formação sobre a gestão da desnutrição aguda moderada. No âmbito deste projecto, foram rastreadas mais de 845,000 crianças, dos quais mais de 15,000 crianças receberam suplemento nutricional a nível comunitário, e cerca de 3,000 casos foram reencaminhados às unidades de saúde para tratamento apropriado.



FAO/B. Adrien



OMS/Angola

## SAÚDE

Em parceria com o GEPE e GTI do Ministério da Saúde (MINSA), foi desenvolvida uma plataforma do Sistema Comunitário de Informação sobre Saúde (CHIS) e ligada ao Sistema Nacional de Informação de Gestão da Saúde (DHIS2). A interoperabilidade das duas plataformas faz com que os dados de várias intervenções baseadas na comunidade que até agora não eram captados possam doravante ser acedidos directamente no DHIS2. Para isso, foi apresentado o CHIS e a sua interoperabilidade com o DHIS2; além da formação para 22 funcionários do MINSA (GEPE/GTI), envolvidos nos programas de combate a TB, Malária e HIV), OSC e agências parceiras e intervenientes no sistema de saúde a nível comunitário. Foram também formados 128 profissionais de saúde de primeira linha sobre cuidados pré-natais, monitorização do crescimento e registo e análise de dados dos serviços de saúde para acção.

Contribuiu-se para o programa nacional de imunização de rotina, na gestão da cadeia logística e armazenamento do equipamento da cadeia de frio financiado pela “Vaccine

Alliance”. Deste modo, foram instaladas e entraram em funcionamento três câmaras frigoríficas de 30 metros cúbicos, equipadas com dispositivos de controlo remoto da temperatura que disparam o alarme 24 horas por dia, nos armazéns provinciais de vacinas de Bié, Cunene e Moxico. Tal resultou num aumento de capacidade, em dez vezes, do armazenamento de vacinas nestas províncias. Este aspecto permitiu a libertação e redistribuição de dezenas de frigoríficos de vacinas até agora utilizados nestes armazéns provinciais de vacinas, para armazéns municipais e instalações sanitárias, alargando o acesso da população aos serviços de imunização.

Foram instalados 67 dos 100 frigoríficos de vacinas com sistema solar, financiados directamente pela Aliança de Vacinas (GAVI), e 57 dos 150 financiados pelo China Merchant Group (CMG) através da GAVI, cuja selecção e aquisição foram todas facilitadas pela ONU.

Todos estes frigoríficos e outros já em uso estão a ser equipados com dispositivos frigoríficos de monitorização da temperatura; 3,400 das quais foram adquiridos através de uma doação de financeira do Governo do Japão. Foi ainda prestada assistência técnica na formação prática aos logísticos do Ministério da Saúde a nível central e provincial, sobre a instalação dos frigoríficos e acompanhamentos das instalações iniciais. Deste modo, reforçou-se a capacidade do ministério, tendo em vista a instalação de equipamento semelhante a ser adquirido no futuro.

Contribuiu-se atmbém para a aquisição e entrega de mais de 19 milhões de doses de vacinas para a vacinação de rotina, a serem adquiridas com fundos do Governo. O suporte inclui a sua gestão, bem como a distribuição aos níveis subnacionais. Os vacinadores e pessoal logístico foram formados nos postos de vacinação centrais e provinciais em gestão de vacinas, e foram apoiados para desenvolver uma abordagem participativa, SOPs para as suas tarefas.

Contribuiu-se para a formação de profissionais de saúde de 7 províncias sobre a utilização da plataforma de gestão e fornecimentos de vacinas (IOTA), 297 profissionais de saúde na Huíla, 91 no Cunene, 45 em Malanje, 30 em Bié, 18 no Namibe, 15 na Lunda- Sul e 30 na província do Moxico. Elevando, deste modo, para 1,167 o número total de profissionais de saúde já formados na plataforma em 11 províncias. A utilização desta plataforma melhorou a gestão das vacinas e dos abastecimentos, uma vez que proporciona uma situação de reservas de vacinas e abastecimentos em tempo real na Internet. Outros benefícios do sistema incluem ainda uma redução significativa do tempo de espera para o reabastecimento de vacinas a nível subnacional e das instalações sanitárias, assim como o controlo remoto permanente da temperatura da vacina com sistemas de alarme para alertar em caso de qualquer anomalia.

Foi igualmente prestado o apoio no

desenvolvimento e implementação de microplanos de imunização nos 20 municípios das províncias da Huíla e Cunene, e no município de Quiçama na província de Luanda. Esta acção incluindo apoio técnico, logístico e material ao programa nacional de imunização, e contribuiu para a vacinação de 574,645 crianças dos 0 aos 11 meses com a terceira dose de vacina Pentavalente, e 489,689 mulheres grávidas contra o tétano.

Foram rastreadas 215,407 crianças menores de cinco anos para detecção de desnutrição nas províncias da Huíla, Cunene, Namibe e Cuando Cubango. Destas crianças, 35,720 foram diagnosticadas com desnutrição aguda grave e admitidas para tratamento em centros de reabilitação nutricional. Com o objectivo de melhorar os resultados nutricionais das crianças, foram formados 65 técnicos e supervisores de nutrição nas províncias da Huíla, Cunene, Bié, Uíge e Moxico em gestão integrada da desnutrição aguda.



OMS/Angola

A nível comunitário, mais de 10,000 prestadores de cuidados infantis nas províncias da Huíla e do Cunene receberam formação sobre a abordagem de rastreio nutricional do prestador de cuidados a meio do braço (MUAC) para apoiar a identificação precoce da desnutrição aguda em crianças em relação às medidas de prevenção recomendadas pela COVID-19.

A título do reforço da capacidade para a gestão da desnutrição aguda grave, foram formados 53 logísticos nas províncias da Huíla e do Cunene sobre gestão da cadeia de abastecimento nutricional para assegurar a encomenda atempada de reabastecimento de stocks, armazenamento seguro e distribuição rápida dos abastecimentos para travar qualquer rotura de stock nos centros de tratamento. Foram fornecidos suprimentos nutricionais terapêuticos essenciais, 21,198 kit da “RUTF” tratando um número semelhante de crianças com SAM, 3,013 kits de F-75 e 1,506 kits de F-100 leites terapêuticos para instalações de saúde nas províncias da Huíla, Cunene, Cuando Cubango, Namibe e Bié.

Em Agosto de 2021, foi aprovado o relatório final da Pesquisa Nacional sobre iodo realizada em 2019, com questões identificadas, lições aprendidas, e recomendações do mesmo, que permitiu informar e desenvolver o Plano de Acção Estratégico de Prevenção da iodização Universal Nacional do Sal (USI), bem como Perturbações por Deficiência de Iodo (IDD) 2022-2026, que foi apresentado e validado num workshop de dois dias com os principais intervenientes do sector.

No âmbito da saúde sexual e reprodutiva e higiene feminina, foram distribuídas 4,000 cuequinhas de menstruação impermeáveis e reutilizáveis, com durabilidade de 2 anos e os meninos receberam 2,000 relógios biológicos para entender o ciclo menstrual. Ainda em relação a este tema, 30 jovens mulheres ligadas ao Centro de Apoio ao Jovem (CAJ) e ao Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA) receberam formação em empreendedorismo digital, criação de marca e confecção de pensos artesanais impermeáveis e reutilizáveis.

## EDUCAÇÃO



UNICEF/Angola

O projecto Escolas Amigas de Criança foi implementado em 17 escolas da província de Huíla com 8,284 estudantes (das quais, 4,242 meninas); assim como o projecto Portos Seguros em 18 escolas da província do Cunene com 7,966 estudantes (das quais 4,046 meninas). Além disso, o regresso seguro das crianças à educação foi apoiado em 61 escolas nos municípios de Viana e Cacuaco, província de Luanda, beneficiando 57,276 estudantes (das quais 27,889 meninas). Por meio destas iniciativas, no ano lectivo de 2020-2021, um total de 73,526 alunos do ensino primário (das quais 36,177 meninas), tiveram acesso à educação de qualidade em espaços seguros de aprendizagem.

Funcionários do sector da educação que usufruíram de três cursos oferecidos pelo Instituto Internacional de Planeamento em Educação (IIPE-UNESCO) de Buenos Aires em três áreas: (1) Planeamento Educacional Sensível a Crises; (2) Políticas digitais em Educação; e (3) Planeamento e Gestão de Políticas Educacionais. Para além deste aspecto, realizou-se uma formação com a duração de cinco dias sobre a gestão baseado em resultados (GBR) com 30 participantes do Ministério de Educação.



## PROTECÇÃO SOCIAL

O programa piloto de transferências sociais monetárias "Valor Criança" financiado pela EU que abrange as províncias do Moxico, Bie, Uíge, foi expandido em 2021. Adicionalmente, dois projectos de emergência de transferências sociais monetárias foram implementados em Luanda. No total, 40,000 crianças de cerca de 20,000 agregados familiares foram abrangidas por Programas de Protecção Social implementados por 9 administrações municipais nas províncias do Moxico, Bie, Uíge e Luanda.

Pela primeira vez em Angola, no Orçamento Geral de Estado de 2022, foi incorporada uma linha orçamental para Transferências Sociais Monetárias destinadas a crianças menores de cinco anos.

Foram implementadas actividades de formação em protecção social, em particular o programa "TRANSFORM" Pacote de Aprendizagem e Transformação para a Construção e Gestão de Sistemas de Protecção Social em África, realizadas em coordenação com academias e outros parceiros. Este contou com a participação de representantes de diversos sectores sociais, bem como da Casa Civil e parlamentares.

Foram ainda realizados vários eventos a nível nacional (presenciais e virtuais) para aumentar a sensibilização para a nova Política Nacional de Acção Social (PNAS), aprovada por Decreto Presidencial nº37/21 de 8 de Fevereiro de 2021 em coordenação com o MASFAMU, sendo que em Novembro de 2021 realizou-se um Workshop Nacional sobre Acção Social, liderada pelo MASFAMU. Foi igualmente finalizado e divulgado nos workshops regionais, bem como no workshop técnico Nacional de Acção Social, o manual que sistematiza a experiência de integração entre as OSC e as Administrações Municipais, baseado na experiência piloto no âmbito do programa "Valor Criança", em conjunto com a ONG Visão Mundial.

Como parte da Gestão das Finanças Públicas, o Memorando de Entendimento (MoU) com o Ministério das Finanças (MINFIN) foi

reforçado através de vários eventos que promoveram o diálogo e sensibilizaram para o ciclo do Orçamento Geral do Estado (OGE). Neste âmbito, foram realizados vários workshops em universidades e duas mesas redondas sobre orçamento participativo e sobre o impacto da COVID-19, com a participação da Parceria Internacional para o Orçamento (IBP) e do Banco Mundial.

Foram finalizadas a Política Nacional da Habitação bem como a Estratégia Nacional de Prevenção e Melhoria dos Assentamentos Informais para Angola, sob a liderança do Ministério de Obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOPOT). Os documentos estão fundamentados em processos fortemente colaborativos, que incluíram uma série de consultas com actores governamentais, da sociedade civil e do sector privado; e um estudo abrangente de diagnóstico do sector da habitação.

## COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Está a prestar-se apoio ao projecto-piloto para averiguar se o sistema de alerta de vacinação por SMS contribui para que mães e cuidadores levem seus filhos para a vacinação, contribuindo para a redução do abandono e aumento da demanda por vacinas. O projecto está a ser executado na província de Luanda, nos municípios de Cacucaco e Viana. Em 2021, 15,600 cuidadoras foram registradas na plataforma. De Julho a Outubro de 2021, 13,207 crianças foram cadastradas no aplicativo para uma meta de 15,000, sendo que 77% foram vacinadas com a primeira dose da vacina contra poliomielite aos 2 meses de idade.

198 famílias de refugiados que se dedicam a horticultura foram apoiadas, permitindo o aumento da segurança alimentar familiar. O apoio consistiu na introdução de técnicas de agronegócio para agricultores na província da Lunda Norte. Foi construído um galpão para as máquinas de moagem de milho e arroz para permitir que os refugiados processem e vendam a sua colheita. 200 agricultores receberam formação prática em agricultura inteligente através de fazenda demonstrativa. Foram distribuídos alimentos aos refugiados em diferentes pontos, em 34 bairros, no primeiro semestre de 2021. No total, 26,260 toneladas de alimentos secos foram distribuídas a 630 famílias de refugiados, beneficiando assim 3,200 pessoas.



ACNUR/Flavia Faria

## II. ADOLESCENTES, JOVENS E EMPODERAMENTO DA MULHER

### REFORÇO DAS CAPACIDADES

Angola ratificou a CEDAW em 1986 e apresentou o 7º Relatório periódico em 2018. As observações finais emitidas pelo Comité em 2019, destacam o progresso feito por Angola na melhoria dos direitos das mulheres e na implementação da Convenção, com destaque para as reformas legislativas e os esforços feitos pelo Governo no sentido de melhorar o seu quadro institucional e político para acelerar a eliminação da discriminação contra as mulheres e promover a igualdade de género. Nesse contexto, em 2021 o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher – MASFAMU foi apoiado na criação do Observatório de Género de Angola (OGA), um recurso fundamental, não só para congregar e disponibilizar informações quantitativas, mas também informações qualitativas e resultados de pesquisas. Foi elaborado em Novembro de 2021 o Marco Conceitual do OGA. O apoio ao MASFAMU incidu igualmente a actualização do Plano de Acção da Política Nacional para a Igualdade e

Equidade de Género (PNIEG) e no reforço da capacidade institucional no atendimento e resposta à violência baseada no género (VBG). Foram formadas 47 parteiras em 10 Municípios de Angola e 81 parteiras do Campo de Refugiados de Lôvua da Província de Lunda Norte para melhorar a resposta de qualidade ao combate à violência doméstica através de prestadores de serviços e melhorar as suas competências técnicas

As linhas directas da VBG 145 e 146 atenderam 240 notificações de violência doméstica.

Através do MASFAMU foram ainda monitorizadas as Comissões Provinciais de Auditoria e Prevenção de Mortes Maternas e Neonatais de Cabinda, Lunda Norte, Cuando Cubango, Uíge, Cuanza Sul e Cuanza Norte. Nestas visitas foram identificadas as principais causas das mortes maternas, discutidas e sugeridas as medidas correctivas.

Foram conduzidas acções de formação de prevenção da exploração e abuso sexual (PEAS) para parceiros governamentais e da sociedade civil, refugiados colaboradores, oficiais de fronteira. Até o momento, mais de 55 funcionários dos parceiros da ONU e voluntários da comunidade refugiada e anfitriã no Lôvua foram formados e indicados como campeões em PEAS para prevenção e apoio na resposta.

Foram formadas 110 autoridades do sistema educacional da Lunda Norte sobre Protecção Internacional de Refugiados, o que permitiu reforçar a validade da circular administrativa sobre a matéria. Um total de 100 pessoas, incluindo profissionais de saúde e mulheres refugiadas actuaes na liderança comunitária do assentamento do Lôvua participaram nas sessões de formação e sensibilização para correcção de fístula feminina durante dois dias. Na ocasião, algumas mulheres também passaram por consultas e aquelas diagnosticadas com necessidade de cirurgia, serão operadas no início de 2022.

4,000 jovens das províncias do Cuanza Sul, Moxico e Huambo foram formados como formadores em gestão de saúde menstrual incluindo mensagens-chave sobre Direitos sexuais e reprodutivos, prevenção de (gravidez precoce, VBG, VIH e outras ITS).

Em parceria com o MINJUD, Conselhos de Igrejas Cristãs em Angola, Centro de Apoio aos Jovens e Afri YAN, 30 Jovens meninas foram formadas em gestão da Saúde menstrual, criação de uma empresa, gestão da marca e produção de pensos higiénicos reutilizáveis.



UNFPA/Angola

## SENSIBILIZAÇÃO

Em parceria com o Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) expandiu-se a iniciativa SMS Jovem, uma plataforma que promove a participação dos jovens, permitindo que expressem as suas preocupações e opiniões. Em 2021, a plataforma contava com mais de 78,000 jovens, 30% dos quais do sexo feminino, sendo 83% na faixa etária entre os 15 e os 30 anos. Foram realizados 7 inquéritos, sobre o bem-estar em tempos de COVID-19, o impacto da COVID-19 nas dietas, a vacinação contra a COVID-19, a reabertura das escolas, saúde menstrual e Agenda 2030. Um total de 284 jovens completaram o Desafio da Carreira Digital, uma iniciativa regional que visa promover a aquisição de competências e ferramentas que permitam aos jovens transformar uma ideia num negócio.



PNUD/Angola



FAO/Catia Marinheiro

Contribuiu-se para o lançamento da campanha nacional de combate ao alcoolismo e outras drogas entre os jovens, liderada pelo MINJUD. Os líderes juvenis defenderam que os pais precisam actuar ao máximo possível e com orientação sobre o que fazer, uma vez que os adolescentes e jovens necessitam de conhecer as consequências do consumo de álcool e outras drogas.

Em Novembro de 2021 deu-se a implementação do Programa Salvarguarda dos Jovens (SYP) - um programa regional que visa empoderar jovens com idades entre os 10 e os 24 anos, para protegerem-se de Infecções Transmissíveis Sexualmente (ITSs), incluindo o VIH, gravidezes precoces e indesejadas, abortos inseguros, casamentos precoces, práticas culturais prejudiciais e violência baseada no género (VBG). Em Angola, o SYP está a ser implementado em 5 províncias, nomeadamente Luanda, Cuando Cubango, Huíla, Namibe e Cunene, a fim de alcançar 60,000 jovens com o financiamento da Embaixada dos Países Baixos até 2026.

## ESTRATÉGIAS, PROGRAMAS E CURSOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS

Foi prestado apoio ao primeiro passo do programa do Governo de formalização da economia informal, através do Programa de Reversão da Economia Informal (PREI), sendo cerca de 81% dos actores económicos informais mulheres.

Foram cadastrados 30,113 vendedores informais (da meta do governo de 100 mil para 2021) e formalizados 45,162 vendedores

Foi desenvolvida uma Base de Dados Digital da economia informal, ligada à base de dados da protecção social. As condições de higiene, saneamento e estruturas foram melhoradas em três mercados piloto, garantindo a subsistência de 13,000 vendedores.

O Observatório de Género, envolvendo um sistema nacional de indicadores de género, foi desenhado e está a ser implementado, o que vai permitir a avaliação do estado de igualdade de género, o progresso e informar a formulação de programas e políticas sensíveis ao género para um desenvolvimento sustentável e equitativo. O Orçamento Sensível ao Género foi aprovado para ser considerado no Orçamento Geral de Estado de 2022, através do Decreto Presidencial 195/21 de 18 de Agosto sobre instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2022 e do quadro de despesas de médio prazo 2023-2025. Pela primeira vez em Angola, foram também introduzidos os Marcadores de Género no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), com 3 programas classificados como G3 (tem o género como foco), 10 programas classificados como G2 (com relevância ao género), e 74 programas classificados como G0 (sem relevância directa ao género).

Em parceria com o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Educação, bem como com o apoio financeiro da Embaixada do Reino da Noruega, 300 jovens (dos quais 210 raparigas) no município do Cazenga em Luanda, tiveram acesso a cursos de formação profissional. Deste total, 93 (incluindo 52 raparigas) são provenientes das modalidades de Educação Acelerada da Direcção Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Sendo que à data de 23 de Outubro de 2021, 584 candidaturas (das quais 150 são raparigas) foram recebidas, e 17 jovens (incluindo 2 raparigas) foram colocados em duas empresas.

Com o propósito de preparar os jovens para a transição para o mundo do trabalho, está a ser desenvolvido: i) um manual e programa de formação sobre competências para a vida, para o emprego e para o empreendedorismo, para professores e formadores do ensino secundário técnico profissional, educação de jovens e adultos e formação profissional; ii) uma estratégia comunitária para responder às

barreiras enfrentadas por raparigas no acesso à oportunidades de educação, formação e emprego; e iii) uma iniciativa de aprendizagem alternativa digital, que visa promover competências para a vida, emprego, e competências digitais.

Foi desenvolvido o plano de acção conjunto entre os Ministérios da Educação e da Saúde com o objectivo de manter as escolas seguras, abertas e prevenir a transmissão do COVID-19 nas escolas. Contribuiu-se para a melhoria do documento da Política Nacional de Alimentação e Saúde Escolar, integrando as diretrizes da OMS sobre sistema alimentar e saúde escolar. Foi elaborada a avaliação rápida que permitirá o seguimento da continuidade dos serviços de saúde essenciais no país com a participação do sistema da ONU, incluindo a atenção aos adolescentes (4 rondas). Os documentos genéricos da OMS foram adaptados ao contexto nacional para avaliação da qualidade dos cuidados maternos, neonatais, pediátricos e dos adolescentes em unidades de Saúde.

Em coordenação com MEP e em parceria com MINAGRIP, MINDCOM, MESCTI e MASFAMU, através do Projecto Agro-Prodesi, os principais actores dos sistemas agroalimentares e das cadeias de valor, foram formados, beneficiando 800 actores-chave do sector público (IDA, ISV, INAPEM, Gabinetes Provinciais da Agricultura, Familiar, Comércio e Indústria, Economia, Família), associações de agricultores, cooperativas, produtores individuais, prestadores de serviços.

No quadro do AgroProdesi (MEP), foi implementado um programa de mentoria e acompanhamento de iniciativas de agroempreendedorismo (Bootcamps de Mulheres e Jovens Agroempreendedores), por via de um programa de incubação de iniciativas de agronegócio. O programa incluiu a formação de 174 Jovens e Mulheres Agroempreendedoras das 18 províncias, sendo 68% mulheres (jovens e adultas) e 32% homens.

Está-se a trabalhar com MINAGRIP a fim de impulsionar formas inovadoras de empreendedorismo dos operadores da pesca artesanal para a sustentabilidade da produção nacional do pescado, promoção do agronegócio, desenvolvimento da cadeia de valor das pescas, apoio às acções de formação e capacitação em cooperativismo, assim como modelos de negócios e processamento do pescado que abrangem 9 Cooperativas de pesca artesanal marítima alocadas na comunidade piscatória do Yembe, na província do Bengo. 66 operadores beneficiaram da formação entre os quais, jovens pescadores, incluindo 17 mulheres processadoras e comerciantes de pescado.

Desenvolveu-se um programa de capacitação no quadro do AgroProdesi (MEP) sobre agroempreendedorismo direccionado à 300 mulheres com o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e o Ministério da Agricultura e Pescas, bem como um programa de estágio prático em gestão e técnicas de produção do agronegócio, em coordenação com 6 grandes empresas/produtoras, com o objectivo de promover estágios práticos para o fomento da experiência dos 100 jovens e mulheres em gestão empresarial e técnicas de produção no Agronegócio.



FAO/B. Adrien

Foram desenvolvidas acções de promoção da plataforma UNI-AgroProdesi em parceria com MESCTI, MEP. Foram assinadas 5 acordos para a promoção da ligação e fomento da investigação científica para introdução das soluções de inovação e conhecimento em boas práticas agrícolas, Mecanização e Agronegócio nas cadeias de valor seleccionadas com a Universidade Kimpa Vita (Uíge), Katyavala Buila (Benguela), Universidade Mandume Yandemufayo/ Instituto Superior Politécnico da Huíla (Huíla), Universidade 11 de Novembro e a Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo). Permitindo assim o acompanhamento técnico de cerca de 150 cooperativas agropecuárias e de pescas visando a melhoria das técnicas de produção e produtividade.



FAO/Catia Marinheiro

### III. MEIO AMBIENTE E RESILIÊNCIA DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL

#### PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Deu-se início à implementação do projecto de apoio ao combate à caça furtiva em Angola, com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) no valor de 4.1 milhões de dólares americanos a ser implementado pelo Instituto Nacional da Biodiversidade e

Conservação (INBC). Ainda no quadro do financiamento do GEF, foi aprovado o projecto de acesso sustentável a energias renováveis no valor de 3.5 milhões de dólares, cuja sua implementação está planeada para início de 2022.

No quadro de apoio à melhoria do processo de fiscalização no sistema das áreas de conservação em Angola, foram treinados 250 ex-militares em matérias de inteligência e fiscalização, bem como distribuídos nos parques e reservas nacionais como fiscais sob tutela do INBAC. Por outro lado, foram instalados 2 sistemas de rádio VHF para os parques nacionais do Bicuar e Iona, de forma a contribuir para a melhoria do processo de gestão e fiscalização destes parques. Ainda através do projecto Expansão das Áreas de Conservação em Angola, foi aprovado o programa geral para a criação e implementação de um sistema de apicultura comunitária e consciencialização ambiental nas comunidades ao redor dos Parques Nacionais de Cangandala e Bicuar.

Em conjunto com o INBC, encontra-se a trabalhar para o estabelecimento da primeira área de conservação marinha em Angola. Neste contexto, foi criado um mecanismo de coordenação multi-sectorial liderado pelo Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente através do INBAC, contando com envolvimento do MINAGRIP, Ministério da Economia e Planeamento, Ministério da Defesa e parceiros relevantes, os quais estão engajados no desenvolvimento da Estratégia Nacional e Plano de Implementação para Conservação Marinha e Costeira em Angola.



unicet

16

## CAPACITAÇÃO CONTÍNUA PARA PRODUÇÃO RESILIENTE

No âmbito do aumento das capacidades dos sectores, foi prestado apoio ao INAMET na formação de 3 oficiais públicos, dos quais 3 mulheres e 36 homens, de 17 províncias cobrindo o INAMET, SPCB, Gabinete de Segurança Alimentar e Governo Provincial do Cunene em meteorologia de nível III (de acordo com a classificação da WMO (Organização Meteorológica Mundial), num curso que contou com a participação presencial dos formandos com uma carga horária de 1,180 horas distribuídas em 8 meses. Foram igualmente formados em hidrologia avançada 30 oficiais do governo, dos quais 4 Mulheres e 26 Homens, do INRH, GABHIC e INAMET.

O Governo adquiriu estações meteorológicas e hidrométricas para a bacia hidrográfica do rio Cuvelai. Encontra-se em curso o processo de instalação de 5 estações hidrométricas que terminou em Novembro 2021.

No quadro do programa Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e

Nutricional em Angola (FRESAN), apoio está a ser prestado aos Serviços de Proteção Civil e Bombeiros (SPCBs) e à Comissão Provincial de Proteção Civil (CPPCs) na Gestão de Risco de Desastres (DRM) nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene. A coordenação provincial, comunicação e planificação de contingência está actualmente a facilitar a resposta necessária à seca e emergência do COVID-19. Por outro lado, 7 técnicos da Proteção Civil beneficiaram de formação online com o Centro de formação internacional da ILO (ITCILO) em Desenvolvimento Local e Redução de Risco de Desastres. Foram também formados funcionários públicos da Comissão Nacional de Protecção Civil e Direcção Provincial do Ambiente nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene na Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) em parceria com o Instituto da Tundavala do Lubango. As formações foram concebidas de forma a fortalecer a previsão e a planificação para eventos climáticos extremos.



OMS/Angola



ONU/Omotola Akindipe

## SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES MAIS VULNERÁVEIS

Continua-se a monitorizar o impacto do programa de assistência alimentar ao nível familiar, através de pesquisas trimestrais de Monitorização Pós-Distribuição (PDM). O Serviço de Protecção Civil está a fortalecer as suas capacidades nacionais nas áreas da logística e gestão operacional para garantir a resposta compreensiva dos parceiros nacionais. Neste sentido, foi estabelecido o mecanismo de coordenação, de segurança alimentar e nutrição ao nível provincial e está-se a discutir outras possibilidades de suporte, incluindo assistência alimentar.

Face à pandemia da COVID-19, a assistência alimentar aos refugiados da República Democrática do Congo (RDC) localizados na parte Nordeste do país passou a ser realizada em cada dois meses, para mitigar os riscos de propagação do vírus. As medidas de prevenção foram visíveis em todos os pontos finais de distribuição com múltiplos pontos de lavagem das mãos, adesão obrigatória do uso de máscaras faciais e distanciamento social nas salas de espera e pontos de recepção dos alimentos.

## REFORÇO DAS CAPACIDADES TÉCNICAS

Angola foi admitida como o 120º país no programa global "Climate Promise do PNUD que visa apoiar os países de forma que façam promessas ousadas sob o Acordo de Paris para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O Governo está a ser apoiado para desenvolver as contribuições nacionalmente determinadas (NDC) no quadro da implementação do Acordo de Paris, ratificado por Angola em Novembro de 2020. A proposta inicial da NDC submetida à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC) encontra-se ainda em processo de harmonização de dados para submissão da versão final.

Em conjunto com o MCTA foi desenvolvido um guião metodológico de Avaliação de Vulnerabilidade Climática (CVA), seguidos do desenvolvimento de duas CVAs pilotos, para as províncias de Benguela e Namibe.



ONU/Omotola Akindipe

Ainda no quadro da análise da vulnerabilidade climática, foi efectuada o mapeamento de risco e análise de vulnerabilidade para a região Angolana da bacia hidrográfica do rio Cuvelai.

Foram elaborados Resumos de Políticas (policy briefs) sobre impactos e adaptação às alterações climáticas para os sectores de desenvolvimento estratégicos para Angola, nomeadamente: i) urbanismo e habitação, ii) transportes, iii) energia, iv) água e saneamento, v) agricultura e pecuária, vi) pesca e aquacultura, vii) turismo, e viii) saúde.

Em parceria com o MINAGRIP foi reforçado o serviço de extensão rural com a implementação de um total de 4,417 Escolas de Campo de Agricultores (ECAs), sendo 593 no âmbito do Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Agricultura de Pequenos Agricultores (MOSAP) e 3,824 do MOSAP II, respectivamente, tendo sido efectuada a entrega do fundo de arranque para 1,728 novas ECAs, além de graduadas 348 ECAs do 3º ciclo. No quadro da assistência técnica para o fortalecimento da capacidade institucional dos técnicos do serviço de extensão rural, foram formados 1,406 facilitadores e 246 técnicos na metodologia ECA

No quadro do Projecto Apoio Técnico para a Capacitação e Implementação de Escolas de Campo de Agricultores (SAMAP), foram fortalecidas as capacidades dos pequenos agricultores e das organizações de agricultores por meio das ECAs voltadas para a comercialização, através da realização do primeiro processo de validação de grupos para criação de ECAs. Foram criadas 253 ECAs com a participação de 40 mestres formadores nos 10 Municípios de intervenção. Esta acção beneficiou 8,600 produtores que foram formados em boas práticas agrícolas através das ECAs, sendo 46% mulheres e 54% Homens, onde os jovens menores de 35 anos correspondem 31%. De igual modo foram reforçadas as capacidades em cadeias de valor em matérias de transformação, e comercialização, bem como em sistema de monitorização de ECAs a 56 formadores mestres, 468 facilitadores, 12 pontos focais do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e 67 agentes económicos agrários.



FAO/Angola

O arquivo histórico do INAMET encontra-se a ser consolidado para fortalecer a capacidade de modelagem de previsões meteorológicas em Angola. Efectuou o resgate de dados dos boletins de registo meteorológicos e climáticos existentes no INAMET, do formato analógico para o formato digital, referentes aos períodos de 1971-2000 e 2005-2015.

Visando a intensificação e melhoria das práticas de adaptação às Mudanças Climáticas e Gestão Sustentável dos Recursos, 88 famílias de agricultores beneficiaram da metodologia de ECAs de 3 formações para o fortalecimento de conhecimentos sobre: a) bancos comunitários de sementes; b) propágulos para a segurança alimentar e cultivos agro bio diversos, ambas as estratégias baseadas em práticas agroecológicas; e, c) prevenção e tratamento de criações de animais. Também foram disseminados conhecimentos sobre agroecologia para 6 técnicos extensionistas das estações de Desenvolvimento Agrárias do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) nas áreas de intervenção do Projecto. Foram implementadas práticas de resiliência climática, numa área piloto da Escola de Campo Agropecuário Cecília Tcha Mundele, composta 40 membros dos quais 100% são mulheres.

No âmbito da monitorização ambiental para gestão sustentável de terras, foi constituída uma unidade técnica de delineamento agroecológico (ZAE) e de análise especial no

Centro de Ecologia Tropical e Aterações Climáticas (CETAC). Foi implementado um plano de desenvolvimento de capacidades, onde 56 técnicos de 14 instituições parceiras foram formados em matéria de SIG (Sistema de informação geográfica) e Teledeteccção aplicado aos recursos naturais. De igual modo, 25 Jovens, dos quais 40% mulheres, foram capacitados sobre a metodologia de delineamento Agroecológico.

No quadro do projecto GEF, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Centros Agroecológicos (CAE), o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA), promoveu práticas de gestão sustentável de terra em 4 centros agroecológicos, localizados nas Províncias Cabinda, Namibe, Huambo e Cuando Cubango. Com efeito, 4 estratégias de sustentabilidade para a operacionalização dos CAE e implementação do Projecto (Cabinda, Namibe, Huambo, Cuando Cubango) foram elaboradas, 45 técnicos (Governo local, IDA e IDF) foram formados sobre identificação e mapeamento das partes interessadas, 15 técnicos (Governo local, IDA e IDF) formados sobre a introdução da metodologia ECA elaboração de roteiro de implementação.

Foi realizado um exercício de avaliação da situação de Segurança Alimentar e Nutricional nas províncias da região sul de Angola mais afectadas pela seca (Cunene, Huíla e Namibe), coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pescas, no qual participaram igualmente técnicos da ONU e outros actores humanitários. No âmbito desta avaliação foi realizada igualmente uma análise que permitiu a classificação Integrada da Segurança Alimentar em fases, em 17 municípios das 3 províncias acima mencionadas, abrangidas pelo programa FRESAN (Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola) financiado pela União Europeia.

Os resultados desta análise, alertaram para o facto de no período de Outubro de 2021 à Março de 2022, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda (Fase 3 e 4) poderá atingir cerca de 1.58 milhões

Foram facilitadas sessões de formação nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe para a formação de 54 técnicos do IDA e do departamento de Segurança Alimentar, sobre concepção de questionários, métodos e requisitos de amostragem para análise de IPC, cálculo e interpretação de indicadores de segurança alimentar e nutricional. Para facilitar o processo de recolha de dados para a monitorização da situação de segurança alimentar e nutricional plataforma (MoDA), Análise de Privações Múltiplas Sobrepostas, foram adquiridos e fornecidos ao Ministério da Agricultura e Pescas 30 tablets.



UNICEF/Angola

## REFORÇO DE CAPACIDADES NAS COMUNIDADES MAIS VULNERÁVEIS

No contexto de vulnerabilidade e em decorrência da seca nas Províncias do Sul de Angola, 25,500 mulheres e meninas foram apoiadas com kits de dignidade. De igual modo, 113,337 mulheres grávidas foram assistidas com kits de parto limpo entregues às unidades sanitárias nas províncias do Cunene, Namibe, Huíla, Huambo e Benguela. Ademais, 60 Parteiras foram equipadas com kits de saúde reprodutiva do tipo 2B, o que permitiu realizar partos seguros nas comunidades afectadas pela seca.

Foi prestado o apoio técnico e financeiro ao MINSA na elaboração dos documentos de análise da situação da saúde ambiental, Plano Estratégico Nacional de Saúde Ambiental e política Nacional de Saúde Ambiental.



ONU/Omotola Akindipe

## IV. DEMOCRACIA E ESTABILIDADE

### REFORÇO DA LEIS, POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA

Foram estabelecidos Comitês Locais de Direitos Humanos, mecanismos estes designados na Estratégia Nacional de Direitos Humanos 2020-2025 para dar resposta à situações e casos de direitos dos cidadãos. Em todo país, já foram estabelecidos um total de 142 comitês aos níveis provincial, municipal e comunal.

### ÓRGÃOS LOCAIS PARTICIPATIVOS E INCLUSIVOS

No quadro da promoção da gestão participativa e transparente das finanças públicas ao nível local, foram estabelecidos 37 Comitês Técnicos de Gestão do Orçamento do Município, que servem como mecanismo de funcionamento do Orçamento Participativo. Com este resultado, o país tem agora estabelecidos 100 Comitês Técnicos de Gestão do Orçamento do Município. Em 2021, esses comitês receberam um desembolso de 2 Milhões de dólares de dólares do fundo público, com o qual estão a ser implementados 54 projetos sociais (já com uma taxa média de execução de 90%).

Está em curso, em fase de experiência o funcionamento da base de dados digital Nacional para Acompanhamento e Implementação das Recomendações de Direitos Humanos. Foi igualmente estabelecido a estrutura institucional de base do Observatório de Género de Angola que visa permitir a produção sistemática e multidimensional de dados desagregados de género, acompanhamento do estado de género em Angola e a produção de matérias específicas sobre desafios e soluções para um desenvolvimento social, económico e político equitativo do género em Angola.

No âmbito da preparação do censo 2024, mais de 50 técnicos do INE, dos níveis nacionais e provinciais, foram formados nas várias áreas do censo, da cartografia, tecnologia, protocolo necessários para a COVID-19, incluindo acções de colaboração Sul-Sul. Os estudos temáticos do Inquérito de Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA), sobre temas do género e características dos jovens, foram finalizados e lançados que mostram tendências de dados importantes para o país. Os resultados dos dividendos demográficos e compromissos de Nairobi foram divulgados a nível nacional, provincial e municipal incluindo especificamente workshops em Luanda, Huambo, Huíla e Malanje.

Prestou-se apoio na operacionalização do modelo de balcão único e acessível para crianças em conflito com a lei nas províncias de Luanda, Huíla, Malanje e Moxico. O modelo integra o Tribunal Juvenil e a Comissão Tutelar de Menores num único espaço físico, adaptado para assegurar a provisão de serviços acessíveis à criança, incluindo um Sistema Integrado de Gestão de Informação (SIGI). Foram, por isso, formados operadores de justiça, agentes da ordem pública e assistentes sociais no manuseamento do SIGI. O SIGI visa aumentar a coordenação intersectorial entre agentes-chave na protecção da criança, eficiência na gestão de casos e produção de estatísticas de crianças em conflito com o sistema de justiça nas referidas províncias alvo.

Contribuiu-se para a formulação do Decreto Executivo Conjunto No. 455/21 de 24 de Setembro 2021, que aprova os Procedimentos Operacionais Normas de Protecção da Criança (SOPs), no contexto do reforço da implementação da Lei do Julgamento Juvenil (Lei No. 9/96). Os SOPs visam promover a colaboração interministerial entre sectores chave, envolvidos no sistema de protecção da criança (acção social, interior, saúde e educação), considerando a devida clarificação das responsabilidades dos profissionais dos sectores da educação, saúde, serviços sociais, justiça e interior na identificação, registo, referenciação e gestão de casos de crianças em situação de violência e vulnerabilidade.

Contribuiu-se para o alargamento dos serviços de registo de nascimento para crianças em idade escolar nas províncias do Cunene através de brigadas móveis. Foram monitorizadas crianças matriculadas, registos em 18 escolas primárias nas áreas rurais, atingindo uma população estudantil de 4,752 crianças. Cerca de 17,560 crianças puderam até agora ser registadas.

Foram formados agentes comunitários para que possam aumentar as suas intervenções no registo de nascimento dos seus filhos. Esta acção foi integrada com o envio de mensagens telefónicas de alerta sobre o registo de nascimento, ferramenta que já é usada no sector da saúde. Esta acção resultou, até à data, em 973 pais a serem contactados por telefone ou por mensagem sobre a importância do registo de nascimento dos seus filhos e os documentos de apoio requeridos.

## **ENGAJAMENTO NOS DESAFIOS TRANSFRONTEIRIÇOS**

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) conduziu procedimentos referentes à cláusula de cessação para refugiados de Serra Leoa, Libéria e Ruanda. Foi prestada assistência para o registo dessas três comunidades junto ao governo, atendendo as opções de repatriamento voluntário, integração local (por meio da concessão de nacionalidade ou residência) e reabertura do pedido de asilo.



UNICEF/Angola

775 crianças refugiadas nascidas em Angola foram registadas no assentamento do Lôvua durante a primeira semana de Junho de 2021, sendo que havia opções de repatriamento voluntário, integração local por meio da concessão de nacionalidade ou residência e reabertura do pedido de asilo.

Mapeou-se os perfis, necessidades e intenções de cerca de 389 agregados familiares, correspondentes a 1,470 refugiados e requerentes de asilo de diferentes idades e sexo das três nacionalidades sob a implementação da cláusula de cessação, nomeadamente Serra Leoa, Libéria e Ruanda. O exercício de monitorização contínua no seio das comunidades, permitiu identificar lacunas e apresentá-las ao Comité Nacional sobre Refugiados (CNR), aonde foram discutidas e tratadas com o Governo.

Com o financiamento do Gabinete para População, Refugiado e Migrantes do Governo dos Estados Unidos de América, foi reforçado o quadro institucional com a elaboração do Mecanismo Nacional de Referência e Normas de Procedimentos Operacionais para o combate e a assistência às vítimas de tráfico de pessoas em Angola. Contribuiu-se para as acções de advocacia

com vista a promover a elaboração de política laboral para migrantes e a respectiva ética de recrutamento.

A segunda edição do Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz - Bienal de Luanda, co-organizada em 2021 pelo Governo de Angola, a União Africana, a ONU bem como outros parceiros nacionais e internacionais, consolidou o seu papel de liderança como um pólo pan-africano para a paz e a prevenção de conflitos. Foi igualmente aprovado um Roterio com 10 eventos e 15 projectos-chave que visam promover economias verdes e azuis através da inovação tecnológica; capacitar os jovens e as mulheres como agentes-chave de mudança; impulsionar os valores africanos e as indústrias criativas; assim como incluir os valores da cultura de paz nos currículos e nos sistemas educativos. Estas premissas servirão com a base de trabalho para as próximas fases da Bienal de Luanda.





## 2.3 APOIO ÀS PARCERIAS E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030

A ONU liderou a mobilização de 5 milhões de dólares do Fundo Central de Respostas Emergenciais (CERF) para complementar os esforços do Governo no combate à seca do Sul do país, e atender às necessidades vitais em nutrição, saúde, protecção e meios de subsistência/agricultura, visando abranger 950,000 pessoas afectadas. 5 agências da ONU, nomeadamente a FAO, UNFPA, UNICEF, PAM e OMS, participam no referido projecto de resposta à seca no sul de Angola.

A nova subvenção do Fundo Global para o período 2021-2024, vai traduzir-se na injeção de 103.2 milhões de dólares no sistema de saúde, tal como nos sistemas comunitários, para o combate ao VIH, à Tuberculose, à Malária e à COVID-19 em Angola. Destaca-se que esta subvenção terá um foco especial nas províncias do Cuanza Sul e Benguela, no quadro da nova abordagem sub-nacional do Fundo Global para Angola, e que os resultados irão ditar a sua possível extensão a outras províncias.

2.1 milhões de dólares americanos do financiamento do Governo foram destinados a acelerar a implementação do empréstimo do BAD para promover a transição inclusiva da economia informal para a economia formal. Assim como, 200.000 dólares do Governo da Dinamarca, através do Mecanismo de Inovação, que visa apoiar a implementação da abordagem de Portfólio na área de Futuro do Trabalho, resultante do engajamento e resultados positivos no Programa Next Gen Cities. Igualmente, 3.5 milhões de dólares do GEF para a Promoção do Acesso à Energia Sustentável para as Comunidades Rurais do Sudeste de Angola de 2022 – 2026. E ainda, A proposta de 1.2 milhões de dólares está a ser discutida com o Ministério da Indústria e Comércio para apoiar a Indústria Rural Expansão dos parques e investimentos relacionados.

Um donativo no valor de 2.5 milhões de euros para um período de 2 anos foi aprovado pela União Europeia para financiamento a proposta submetida pela OMS visando prestar assistência técnica ao Ministério da Saúde na implementação do Empréstimo do Banco de Investimento no quadro da resposta a pandemia de COVID-19 e reforçar a preparação do sistema nacional de saúde contra a actual pandemia e futuros surtos.

Foram desembolsados no quadro do Orçamento Suplementar da Embaixada do Japão (JSB) 234,000 dólares americanos para actividades da OMS na resposta e mitigação dos efeitos da COVID-19 nos programas e sistemas de saúde. Intervenções em curso abrangem actividades normativas em Nutrição, Saúde Mental, gestão de informação sanitaria e geração de conhecimento.



PNUD/Angola

## 2.4 RESULTADOS DO TRABALHO CONJUNTO DA ONU MAIS E MELHOR: COERÊNCIA, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DA ONU

A ONU em parceria com o Millennium Institute (MI), têm estado a apoiar o Governo de Angola, através do MEP para implementar da Ferramenta de Planeamento de Sistemas Complexos modelo dos ODS, “iSDG model”. Este modelo é uma ferramenta dinâmica de simulação de políticas projectadas para apoiar um planeamento abrangente e integrado de desenvolvimento nacional, a longo prazo. O modelo gera cenários de desenvolvimento específicos de cada país para mostrar as implicações da política pública no progresso do país para alcançar os ODS. Ajuda os decisores políticos e planeadores a identificar caminhos eficientes para atender os ODS e outras agendas de desenvolvimento.

Com o financiamento da Embaixada da Noruega, O PNUD e o UNICEF, em parceria com o MAPTSS, MED, INEFOP e Administração do Cazenga estão a implementar o projecto de aprimoramento do desenvolvimento de habilidades dos jovens para o

empreendedorismo. O projecto beneficiou 300 jovens com bolsas para cursos de formação profissional em: Corte e costura, Informática, Mecânica, Eletricidade, e outras áreas. Em parceria com o Ministério da Juventude e Desportos, Administração Municipal do Cazenga foi lançado concurso denominado Prémio Jovem Inovador: “A Angola que queremos até 2030”, visa promover acções e soluções, com impacto social positivo para os problemas que o município do Cazenga enfrenta.

Em 2021, a iniciativa conjunta das agências da ONU no grupo de trabalho do sector informal culminou com a realização de duas mesas redondas de diálogo social sobre “Desafios e perspectivas para a inclusão de pequenos comerciantes informais na economia formal” com o PNUD, OIT, ACNUR e outros Parceiros de Desenvolvimento, como a UE e o Banco Africano de Desenvolvimento.



## 2.5 AVALIAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS

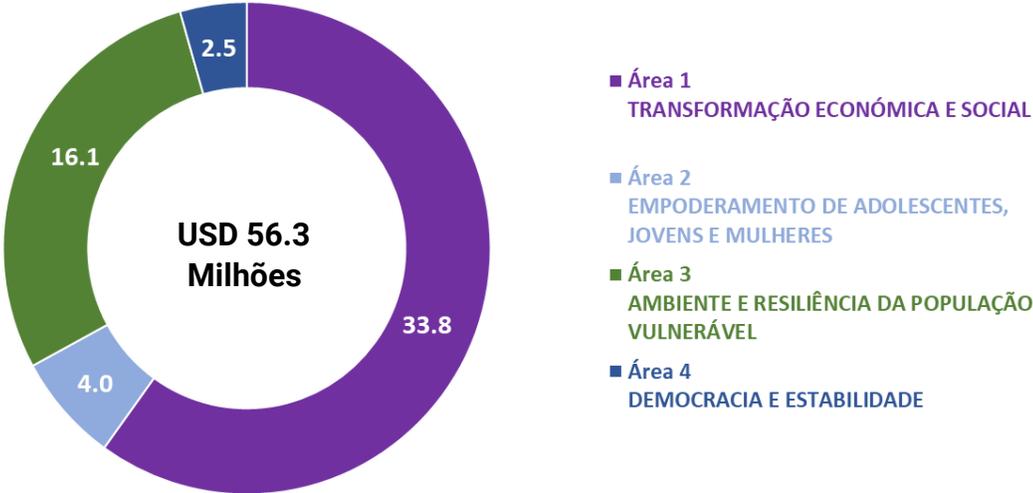
Durante a elaboração da Política Nacional de Habitação, bem como outros instrumentos estratégicos e normativos, foram encontradas algumas dificuldades, pelo que há necessidade de uma maior e contínua articulação com os distintos departamentos governamentais.

Aquando das consultas regulares e discussões técnicas, ficou evidente a necessidade de presença permanente no país de representação da UN-HABITAT, que não foi ainda efectivada devido à falta de fundos, incluindo contribuições pendentes do próprio governo.

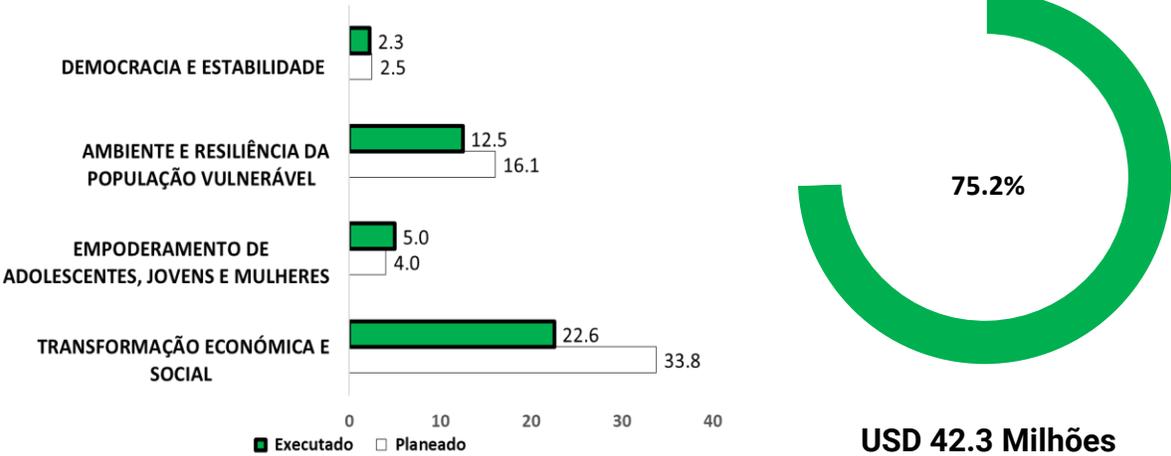
Grande parte do trabalho foi realizado de forma remota, o que limitou o engajamento do governo e outros actores, em especial os mais vulneráveis. Em alternativa, parte dos trabalhos, especialmente de diagnóstico e consultas em diferentes regiões, foram realizados pela ONG “Development Workshop”. Todavia, em relação ao fortalecimento das capacidades do governo, o resultado final certamente ficou comprometido.

# 2.6 PANORAMA FINANCEIRO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

## Orçamento



## Executado



## CAPÍTULO 3:

### FOCO PRINCIPAL DA EQUIPA DO SISTEMA DA ONU EM ANGOLA PARA O PRÓXIMO ANO

#### SAÚDE

Actualização das directrizes e normas para a elaboração e implementação do plano de melhoria da qualidade dos cuidados maternos, neonatais, pediátricos e dos adolescentes.

Continuidade de acções de formação de formadores dos prestadores e técnicos de saúde dos centros de SAAJ em saúde do adolescente (em HIV, Gravidez Precoce, etc).

Avaliações regulares para monitorização da continuidade dos serviços essenciais de saúde no contexto da COVID-19.

Maior envolvimento dos governadores e líderes locais na resposta ao VIH nas províncias com as taxas de prevalência de VIH mais altas. As províncias com maior prevalência de VIH (Cunene (6,1%), Cuando Cubango (5,5%) e Moxico (4%).

Expansão os Serviços de Saúde Amigos de Adolescentes e Jovens para mais 22 municípios em Cuando-Cubango, Cunene, Huíla e Namibe.

Promoção de acções de advocacia para que a abordagem principal para os serviços de teste de VIH em Angola seja a estratégia de teste e aconselhamento iniciados pelo provedor bem como os pontos de entrada do teste de VIH com taxas de positividade comprovadas com vista a: i) Garantir o teste de rotina; ii) Assegurar o encaminhamento e vinculação de pacientes seropositivos ao tratamento, cuidados e apoio; iii) implementar o índice de casos em pontos-chave de entrada.

---

#### EDUCAÇÃO

Digitalização de conteúdos sobre habilidades e competências para a vida, emprego e empreendedorismo.

Apoio na recuperação e aceleração da aprendizagem para enfrentar o atraso escolar devido à pandemia de COVID-19

Implementação de acções comunitárias de sensibilização e promoção do acesso das raparigas a oportunidades de educação, formação profissional e emprego.

Estabelecimento de dois centros comunitários de aprendizagem digital, implementação, assim como, replicar estas

iniciativas de aprendizagem alternativa digital.

Implementação do projecto de Salvaguarda dos Adolescentes e Jovens nas Províncias de Luanda, Cunene, Namibe, Huíla e Cuando Cubango.

Promoção junto ao Governo de Angola e parceiros de desenvolvimento sobre a inclusão da população no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018-2022) e Planos de Desenvolvimento Local.



## DADOS E ESTATÍSTICAS

Aprovação, orçamentação e implementação da Política Nacional de População, actuação do Conselho Nacional de População, coleta de dados IIMS, análise e publicação e preparação do censo de 2024.

Disponibilidade do plano populacional e habitacional para o censo de 2024. Execução,

finalização e divulgação dos dados da pesquisa do IIMS 2020.

Assistência técnica para capacitação sobre metodologia de geração e análise do indicador 3.8.2.



## PROTECÇÃO SOCIAL

Desenvolvimento, integração e reforço da protecção da criança em políticas públicas, promoção de práticas protectoras entre crianças, famílias e comunidades e provisão de serviços preventivos e respostas de qualidade.

Empoderamento das crianças e adolescentes (especialmente das raparigas) com foco em conhecimento, habilidades, recursos e opções para a realização do seu potencial e advocacia dos seus direitos, olhando para ambientes familiar e comunitário.



## IGUALDADE DO GÉNERO E DIGNIDADE

Funcionamento do Observatório Nacional de Género para permitir monitorar o progresso, os desafios e as oportunidades para a integração do género na visão e nas políticas de desenvolvimento e empoderamento da mulher.

Promoção da Igualdade de Género com base na Orçamentação Sensível ao Género, através da capacitação sectorial e das Unidades

Orçamentais. Revisão da Lei Quadro do Orçamento Geral do Estado (Lei nº 15/10 de 14 de Julho) com a introdução da previsão de género na planificação e orçamentação

Reforço de mecanismos e processos institucionais e mobilização pública em prevenção e resposta a violência baseada no género e casamento infantil.



## GOVERNANÇA E DIREITOS HUMANOS

Aprimoramento da participação dos cidadãos e transparência na gestão das finanças públicas ao nível local com apoio contínuo ao Orçamento Participativo, através da institucionalização e implementação do Fórum Municipal de Prestação de Contas; da expansão e capacitação dos Comitês Técnicos de Gestão do Orçamento do Município; assim como, da implementação do Fórum Municipal de Auscultação dos Cidadãos para a Elaboração do Orçamento das Administrações Municipais.

Protecção e execução dos direitos humanos dos cidadãos ao nível social e económico através de um processo participativo de acompanhamento da implementação das recomendações dos direitos humanos com base no pleno funcionamento da Base Digital Nacional de Dados para Acompanhamento e Implementação das Recomendações de Direitos Humanos. Bem como dar resposta intersectorial às questões dos direitos humanos concretos dos cidadãos, através da expansão, capacitação e funcionamento dos Comitês Locais de Direitos Humanos, e da expansão dos serviços locais do Provedor de Justiça e outras instituições de direitos humanos.

Redução do risco de apátrida através do acompanhamento da implementação das Convenções sobre Apátridas de 1954 e 1961, apoiando o Governo de Angola na busca de soluções; e destacando o acesso oportuno ao registo civil e de nascimento, assim como à documentação para os refugiados e apátridas.

Implementação de um mecanismo de coordenação para melhorar a gestão das fronteiras entre a República de Angola e a República Democrática do Congo (RDC). Isto, no sentido de minimizar assim o impacto negativo do fluxo migratório misto, bem como promover a estabilização da comunidade e intercâmbios económicos nas comunidades fronteiriças através de soluções duradouras para aqueles que regressam à RDC, como refugiados repatriados ou migrantes retornados e deslocados internos.



## ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Implementação e monitorização das Contribuições Nacionais contra as alterações climáticas.



# ACRÓNIMOS

---

<b>ANASO</b>	Rede Angolana de Organizações de Serviços de SIDA	<b>IDA</b>	Instituto de Desenvolvimento Agrícola
<b>BAD</b>	Banco Africano de Desenvolvimento	<b>IDD</b>	Perturbações por Deficiência de Iodo
<b>CAE</b>	Centros Agroecológicos	<b>IIMS</b>	Inquérito dos Indicadores Múltiplos de Saúde
<b>CAJ</b>	Centro de Apoio ao Jovem	<b>INEFOP</b>	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
<b>CDLD</b>	Centro de Diagnósticos e Análises Clínicas do Dundo	<b>INLS</b>	Instituto Nacional de Luta Contra o SIDA
<b>CENFOR</b>	Centro Nacional de Formação de Formadores	<b>IOTA</b>	Plataforma de gestão e fornecimento de vacinas
<b>CERF</b>	Fundos Centrais de Respostas de Emergência	<b>IPC</b>	Fases de Insegurança Alimentar
<b>CICA</b>	Conselho das Igrejas Cristãs de Angola	<b>IRCEA</b>	Integração da Resiliência Climática nos Sistemas de Produção Agrícola e Agropastoril
<b>COVAX</b>	COVID-19 Vaccines Global Access	<b>ITC-ILO</b>	Centro de formação internacional da Organização Internacional do trabalho
<b>CPPCs</b>	Comissão Provincial de Protecção Civil	<b>ITS</b>	Infecções Transmitidas Sexualmente
<b>CVA</b>	Avaliação de Vulnerabilidade Climática	<b>LDN</b>	Indicadores Locais Nacionais
<b>DHIS2</b>	Gestão de Sistemas de Informação em Saúde	<b>MAT</b>	Ministério da Administração do Território
<b>DNSP</b>	Direcção Nacional de Saúde Pública	<b>MCTA</b>	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente
<b>DTS</b>	Doenças Transmitidas Sexualmente	<b>MED</b>	Ministério da Educação
<b>ECAS</b>	Escolas de Campo de Agricultores	<b>MEP</b>	Ministério da Economia e Planeamento
<b>ECHO</b>	Escritório de Ajuda Humanitária da Comissão Europeia	<b>MESCTI</b>	Ministério do Ensino Superior Ciências, Tecnologia e Inovação
<b>FRESAN</b>	Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional em Angola	<b>MINFIN</b>	Ministério das Finanças
<b>GAVI</b>	A Aliança de Vacinas	<b>MoDA</b>	Análise de Privações Múltiplas Sobrepostas
<b>GEE</b>	Gases de Efeito Estufa	<b>MOSAP</b>	Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Agricultura de Pequenos Agricultores
<b>GEPE</b>	Gabinete de Planeamento e Estatísticas	<b>MUAC</b>	Circunferência do Braço Médio-Superior
<b>GF</b>	Fundo Global	<b>NDC</b>	Contribuições Nacionalmente Determinadas
	Gabinete de Tecnologia e Informação	<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho

<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas	<b>SFERA</b>	Fundo Especial para Emergência e Reabilitação
<b>OSC</b>	Organizações da Sociedade Civil	<b>SIG</b>	Sistemas de Informação de Gestão
<b>PDM</b>	Monitoria Pós-Distribuição	<b>SIGI</b>	Sistema Integrado de Gestão de Informação
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	<b>SPCBs</b>	Serviços de Protecção Civil e Bombeiros
<b>PREI</b>	Programa de Reconversão da Economia Informal	<b>SYP</b>	Programa Salvaguarda dos Jovens
<b>RCCE</b>	Comunicação de Risco e Envolvimento na Comunidade	<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>RUTF</b>	Alimentos terapêuticos nutricionais de pronto-uso	<b>UNFCCC</b>	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
<b>SAAJ</b>	Serviços de Saúde Amigos de Adolescentes e Jovens	<b>USAID</b>	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
<b>SAMAP</b>	Projecto Apoio Técnico para a Capacitação e Implementação de Escolas de Campo de Agricultores	<b>USI</b>	Prevenção da Iodização Universal Nacional do Sal
<b>SEPAL</b>	Sistema para observação da terra, acesso aos dados, processamento, análise para monitorização	<b>WMO</b>	Organização Meteorológica Mundial

RELATÓRIO DE  
RESULTADOS  
DA ONU EM  
ANGOLA  
2021



NAÇÕES UNIDAS  
ANGOLA

